

Lacerdismo sem talento

Arthur Virgílio Neto

Rasguemos de vez o véu da hipocrisia. Essa proposta de CPI é esdrúxula e, além de tudo, inconstitucional porque, sendo monstrenha, não apresenta fato determinado que a justifique. Hoje, conta, já, com dezenove itens. Até meu filho de nove anos sabe da impossibilidade de se fazer funcionar uma investigação simultânea de dezenove assuntos diferentes. Surrealismo: esses temas passaram por providências administrativas e estão — ou estiveram — sob o crivo do Ministério Público, alguns deles até prescritos, como o caso Banpará.

Então, seus “idealizadores” não a propuseram para obtê-la, porém para montar palanque eleitoreiro em cima de um falso mar de lama. Reeditam um udenismo sem cultura e um lacerdismo sem talento. Em 1954, Getúlio Vargas foi levado ao suicídio, e os golpistas somente ganharam o estigma de o serem e mais o peso de brutal impopularidade. Perdedores convictos de eleições, para chegar ao poder, viraram vivandeiras de quartel e, em 1964, eliminaram a democracia e instauraram a censura à imprensa, cassaram parlamentares e assassinaram centenas de cidadãos, para praticar corrupção deslavada e impune.

A CPI, portanto, não é para valer. É manifesto, mal-escrito por sinal, contra o governo Fernando Henrique.

Daí a decepção que me causou a posição de Antonio Carlos. Daí a frustração que senti ao ver Jader Barbalho dando “satisfações”, seja ao seu rival nessa briga política canhestra, seja aos catões de nossa oposição sem projeto sistêmico de país.

Está tudo errado. Para começar, o trombone que ACM ostenta na lapela não é trombone, mas trompete. E Jader deixa escapar o discurso altivo de enfrentar quem tivesse de ser enfrentado no que seria manter a coerência e servir ao país. Está tudo errado mesmo. Eu, por exemplo, que não temo CPI nenhuma, sou obrigado a passar para setores menos avisados da opinião pública a falsa idéia de que não desejo investigações, eticétera e tal.

Pasmem os leitores: são dezenove itens de fatos apurados, sob apuração, já prescritos ou, mesmo, simplesmente mentirosos. E o Congresso não discute a crise da violência urbana, o drama causado pelo acidente na P-36, a crise econômica gravíssima, enfrentada pela Argentina, nosso grande parceiro comercial, nosso privilegiado aliado político e principal interlocutor no Mercosul. O Congresso não discute a Lei das Sociedades Anônimas nem qualquer outra matéria relevante. Não discute o Imposto de Renda nem o magnífico acordo celebrado pelo governo, por intermédio do ministro Dornelles, com 60 milhões de trabalhadores em torno do FGTS.

E toda essa paralisia ainda na histórica fase de coleta de assinaturas. Imagina-se o que não seria se a insensatez prevalecesse e a indigitada CPI virasse verdade. O país estancaria, o crescimento econômico ficaria comprometido, os investimentos externos seriam mais raros, juros tenderiam a subir, encarecendo o crédito, aumentando o estoque da dívida e demitindo trabalhadores.

Se eu fosse irresponsável — e não sou —, daria para adendar mais inúmeros itens à circense iniciativa: vinculação eventual do PT e CUT no escândalo da Funcef denunciado pela revista *Veja*; desvio de recursos do FAT no DF para a campanha eleitoral desse partido; doações em dinheiro para o governo Cristovam fora das normas da Justiça Eleitoral e da Comissão de Lavagem de Dinheiro do Ministério da Fazenda; participação da CUT em campanhas petistas; irregularidades financeiras em sindicatos filiados à CUT e na própria contabilidade dessa central.

Nem precisaria levantar o caso Bisol, que ia ser vice de Lula e foi apanhado com a boca na botija em certa emenda ao Orçamento. Ou da compra de votos — denunciada por petistas — na convenção que escolheu Benedita da Silva para a vice-governadoria do Rio de Janeiro. Nem das denúncias sobre a casa de Lula, que reputo um homem de bem. Ou das insinuações contra o compadre de Lula, que teria enriquecido negociando com prefeituras do PT. Nem das CPIs que o governo Buarque não deixou vir à tona. Ou do escândalo de Belém, segundo o qual o prefeito, morador de imóvel pertencente a empresários de ônibus, teria concedido aumento tarifário e, em seguida, adquirido esse mesmo bem com direito a curta prisão de secretária municipal e tudo. Nem de nepotismo generalizado ou de especulações de terras por parte de irmão do governador do Mato Grosso do Sul. Nem do contrato sem licitação, em São Paulo, beneficiando empresa de coleta de lixo que, ao arrepio da lei eleitoral, contribuiu financeiramente para a campanha de Martha Suplicy. Ou do esforço hercúleo do governador Olívio Dutra para evitar a CPI da Segurança.

Minha preocupação é menos com transformar o Brasil numa chefatura de polícia e mais com garantir o crescimento econômico e reformar o Estado, em todas as suas instâncias, para, por esse meio, enfrentar e reduzir drasticamente as possibilidades de corrupção.

Não sei quem é o meu parceiro de página hoje. Seja quem for, ele não estará sendo sincero no artigo que subscreve.